

## VISÃO DO CORREIO

# A ironia do livre mercado

A proposta de aplicação de uma tarifa de 25% sobre exportações brasileiras pelo governo de Donald Trump escancara a hipocrisia de um modelo que pune a eficiência quando a inovação não vem dos Estados Unidos. A medida ainda não é definitiva e depende de consultas públicas e de audiência marcada para julho, mas o sinal é grave o suficiente para ser tratado como um conflito diplomático e econômico.

O relatório foi apresentado pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), órgão do governo norte-americano responsável por negociações de comércio exterior, após uma investigação que vinha desde 2025, e elenca uma série de pretextos para as taxações. Dos itens da lista, alguns têm peso real. As observações sobre o etanol brasileiro e as questões envolvendo pirataria e propriedade intelectual tocam em disputas comerciais legítimas, que merecem negociação séria. Mas o centro de gravidade do relatório, e onde a queixa norte-americana deixa de ser comercial para ser tornar política, é o Pix.

Um dos alicerces do capitalismo, afinal, é a livre concorrência: a premissa de que a disputa obriga os atores econômicos a se modernizarem, sob o risco de obsolescência. O Pix, concebido com rigor técnico pelo Banco Central (BC), não representa ameaça à segurança nacional norte-americana. Mas significa uma ruptura diante do comodismo de corporações que há décadas cobram taxas exorbitantes por transferências lentas e defasadas. Ao erguer barreiras alfandegárias para punir o sucesso de um sistema alheio, a Casa Branca ameaça cadeias produtivas inteiras, com potencial imediato para gerar inflação, encarecendo

bens e serviços do agronegócio à indústria de transformação.

Vale o contraponto: os Estados Unidos têm o Zelle, sistema de transferências instantâneas amplamente usado no país. A diferença, porém, é estrutural. O Zelle é operado por um consórcio de bancos privados — ou seja, uma aplicação construída sobre a infraestrutura existente, com acesso restrito a quem tem conta nas instituições participantes. O Pix é infraestrutura pública, operada pelo BC, aberta a qualquer instituição financeira e acessível a qualquer cidadão com CPF. Criticar o Pix por ser tocado pelo governo é, portanto, criticar exatamente o que o torna superior.

O uso de sanções e tarifas punitivas por parte dos EUA para conter o avanço técnico de economias emergentes é um padrão conhecido. Em vez de investir no desenvolvimento de um sistema que rivalize com a infraestrutura digital brasileira, Washington opta pelo atalho burocrático. É uma escolha que fere a previsibilidade comercial e compromete a segurança jurídica que deveria pautar as relações hemisféricas.

O Brasil, por sua vez, deve tratar o episódio sem ufanismos ou discursos inflamados. A defesa do Pix é, fundamentalmente, a defesa da soberania tecnológica do país. A resposta de Brasília precisa ser serena, sem deixar de ser dura, e estritamente pragmática, acionando as instâncias multilaterais competentes e usando o período de consultas públicas, que vai até julho, como janela de negociação. Aceitar qualquer acordo que limite o alcance ou a internacionalização de nossas ferramentas financeiras seria um erro estratégico com custos pesados para uma economia onde pequenos negócios dependem dessa agilidade para sobreviver.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

## Advocacia e crime organizado

Um poderoso instrumento de combate ao crime organizado e ao terrorismo está convenientemente adormecido nas gavetas holorentas da CCJ da Câmara dos Deputados. Trata-se do Projeto de Lei 3787/2019, de autoria de Bia Kicis, que, entre várias disposições, determina: a) a criminalização do recebimento de honorários advocatícios oriundos de recursos notoriamente ilícitos; b) obriga que advogados e escritórios de advocacia integrem o rol de pessoas físicas e jurídicas obrigadas a informar ao COAF o recebimento de valores que ultrapassem os limites fixados pela autoridade competente; e c) a fiança só será aceita se houver a comprovação da origem lícita dos recursos. Importante lembrar que o Brasil aderiu à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional que, na parte que trata das “medidas para combater a lavagem de dinheiro”, determina que “cada Estado Parte instituirá um regime interno completo de regulamentação e controle dos bancos e instituições financeiras não bancárias e, quando se justifique, de outros organismos especialmente susceptíveis de serem utilizados para a lavagem de dinheiro, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de lavagem de dinheiro, sendo nesse regime enfatizados os requisitos relativos à identificação do cliente, ao registro das operações e à denúncia de operações suspeitas”. Portanto, nenhum esforço é necessário para se concluir que não haverá efetivo combate à lavagem de dinheiro (portanto, ao crime organizado e terrorismo) se a advocacia ficar alheia à Lei 9.613/98, sobre lavagem de dinheiro.

» **Milton Córdova Junior**  
Vicente Pires

## Os bilhões do Banco Master

Consegue-se dimensionar o rombo do Banco Master e suas implicações a partir de apenas dois fatos. O governo federal anunciou o contingenciamento de R\$ 22,1 bilhões do Orçamento deste ano, atingindo diversos ministérios. Trata-se do chamado “freio de emergência temporário” nas finanças públicas. Daniel Vorcaro, na primeira negociação de sua delação premiada, havia oferecido a devolução de R\$ 40 bilhões. Como seus telefones falavam mais do que ele próprio, a delação empacou. Ao renegociar os termos do acordo, ofereceu mais R\$ 20

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Colocar a culpa dessas novas taxas no Flávio Bolsonaro é assinar atestado de incompetência de Lula. Onde já se viu um senador ter mais influência que o próprio presidente?

Sidinei Ramos — Brasília

Flávio Bolsonaro deu entrevista após visita à Casa Branca e, em nenhum momento, disse que pediu a Trump para não taxar o Brasil. Se realmente tivesse pedido, é óbvio que teria falado na ocasião.

Anne Falcão — Paraíba

Dois projetos em observação para este ano ou para 2030: o da oposição e o da Seleção de futebol. O primeiro parece que vai ficando para 2030, com a candidatura tendo que se explicar com frequência.

Marcos Figueira — Sudoeste

Após conquistar a Venezuela, não ficou mais fácil para os americanos se apossarem da Amazônia?

Waldívino Souto — Asa Sul

O Lago Paranoá está passando por uma disputa. Plantas, capivaras e camarões estão crescendo de forma desordenada, colocando em risco a reprodução dos peixes.

Guilherme Correia — Brasília

bilhões, quase o mesmo montante do contingenciamento governamental. Esses dois fatos resumem bem por que o Banco Master incomoda tanto, a ponto de levar parlamentares a entregar o próprio país aos Estados Unidos.

» **Marcus Aurélio de Carvalho**  
Santos (SP)

## Mulheres pedem socorro

Uma jovem passou 24 dias presa, agredida, isolada, ameaçada, dentro de uma relação “amorosa” que deveria ser abrigo, não ameaça. Amor transformado em cárcere! Infelizmente, essa história não é exceção. Muitas mulheres vivem com medo, desaparecem em silêncio, pedem socorro e ninguém escuta. A jovem foi resgatada pela polícia, mas quantas ainda estão trancadas atrás de portas que ninguém abre?

» **Pacelli M. Zahler**  
Sudoeste

## Redução de jornada

Do jeito que a PEC da escala 6 X 1 está sendo debatida no Senado, a ideia é de que querem um 7 X 0. Não consigo vislumbrar, de forma geral, um contexto no qual um empregador poderia negociar diretamente com o patrão a carga e a jornada de trabalho. O que vai ter de exploração não está escrito! E a opção de trabalhar como horista já existe há muito tempo. Professores e comerciantes que o digam.

» **Antônio Luiz**  
Brasília

## Copa do Mundo

A cada quatro anos, o mundo paralisa diante do altar absoluto do futebol. Um território onde alguns desembarcam como soberanos e partem relegados ao esquecimento, enquanto outros sequer tocam a glória, sucumbindo antes do primeiro grande teste. É nesse tablado que impérios ruem, estrelas despertam e lendas gravam seus nomes na eternidade. A Copa do Mundo se aproxima. Houve um tempo em que os gramados testemunharam um príncipe mágico, capaz de hipnotizar multidões com sua arte. Mas a história prova que nem mesmo os predestinados escapam do abismo. Afinal, a Copa nunca foi um mero torneio; é um campo de batalha entre nações. Um solo sagrado onde orgulhos são despedaçados, gigantes vão ao chão e somente os eternos alcançam a imortalidade.

» **Gilberto Pereira Tiriba**  
Santos (SP)



**RODRIGO CRAVEIRO**  
[rodrigocraveiro.df@dabr.com.br](mailto:rodrigocraveiro.df@dabr.com.br)

# A política de horror de Trump

Nas últimas semanas, tive contato com duas histórias que me fizeram repensar como nós, enquanto humanidade, chegamos ao fundo do poço. Ambas deram origem a reels publicados no perfil do **Correio Braziliense**. A hondurenha Wendy Hernández foi presa quando se dirigia ao trabalho, na Flórida, e deportada para Honduras. O filho, de apenas 2 anos, ficou com o tio materno. Sozinho, sem a mãe, foi exposto a todo tipo de barbárie, incluindo queimaduras e abuso sexual. Ao ser detida, Wendy implorou para que o pequeno Orlin Josué fosse levado com ela. O ICE, a polícia da Imigração americana, não lhe deu ouvidos. O menino acabou morto.

A outra história envolve um garoto de 18 anos, filho de imigrantes mexicanos. Kevin González tratava um câncer agressivo na cidade americana de Chicago. Os pais, Isidoro e Norma, tentaram atravessar ilegalmente a fronteira para estar com o filho. Mas, foram presos no Arizona. O casal ficou recluso em um centro de imigração durante 30 dias. Nesse intervalo, Kevin, desengano pelos médicos, retornou a Durango, no México. A família começou uma campanha para sensibilizar os Estados Unidos a libertarem os pais do jovem. Deportados, Isidoro e Norma conseguiram ter somente 24 horas ao lado de Kevin. O garoto morreu nos braços dos pais.

Longe de querer justificar o erro de imigrantes que tentam entrar de forma ilegal em outros países, vejo que o chamado país das liberdades tem promovido uma caçada de terror aos não documentados. São exatamente eles que ajudam a movimentar a economia dos Estados Unidos, ocupando

postos de trabalho com mão de obra barata e, às vezes, pouco qualificada. O ICE invade empresas, aborda estrangeiros nas ruas, entra em igrejas. No caso de Wendy, parece não se importar em separar famílias.

Um levantamento do think tank Brookings Institution revela que 145 mil crianças foram retiradas do convívio dos pais durante as detenções de imigrantes ilegais — 36% delas sequer tinham 6 anos de idade. Desse total, 22 mil ficaram sem a companhia de pai e mãe, depois que ambos foram presos. A maioria das crianças com pelo menos um dos pais presos pela Imigração é oriunda do México (54%). Guatemala e Honduras aparecem em seguida, com 25%. Fico imaginando o trauma para esses pequenos. O que dizer do trauma que carregarão pelo resto da vida? Isso quando não estão expostas a perigos ou ao risco de morte, como ocorreu com Orlin Josué.

Os apelos dos amigos e familiares para que Isidoro e Norma fossem libertados, a fim de que pudessem conviver com Kevin pelo pouco tempo que lhe restava, parece não terem comovido as autoridades americanas. Pensem em quantas histórias de dor, sofrimento, medo e solidão não são tornadas públicas, não chegam à opinião pública... A política de tolerância zero adotada pelo governo Donald Trump é condenada por ativistas dos direitos humanos, mas também por especialistas em política americana. Trump sempre classificou os imigrantes como criminosos e marginais. Coloca no mesmo balaio de terroristas e traficantes aquelas pessoas que cometem um erro em busca de uma vida melhor.

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegará”  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

**Assine**  
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

\*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.  
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

**Anuncie**  
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp  
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp  
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

**S.A. CORREIO BRAZILIENSE** – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

**DIÁRIOS ASSOCIADOS DA**

**D.A Press Multimídia**  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;  
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.udapress.com.br](http://www.udapress.com.br)